

Moacyr Expedito Vaz Guimarães

1976



Formação acadêmica*

Fiz meus estudos secundários – até a última turma do antigo ginásio, de cinco anos – na Escola Caetano de Campos. Em seguida, entrei no Pré-jurídico da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde me formei em Direito. Depois, iniciei o doutoramento, não concluído por um certo desencanto próprio da juventude. Já trabalhava em rádio e jornal, e achei que o doutorado estava sendo para mim uma repetição da graduação. Um julgamento obviamente apressado, de jovem que tinha acabado de se formar e estava no mercado de trabalho; então desisti. Mais tarde, fiz vários outros cursos paralelos relacionados ao Direito. Após ter exercido o jornalismo – trabalhando em rádio durante muito tempo, até em atividades de reportagem política e cultural – passei a ser assessor técnico e, posteriormente, procurador da Assembleia Legislativa. Também atuei como consultor jurídico da Sociedade Rural Brasileira, me especializando em Direito administrativo e constitucional: os dois

ramos com os quais mais me ocupava. Advoguei na área cível e de família durante alguns anos.

Na Secretaria de Educação

Eu atuava como assessor jurídico da Assembleia quando o governador Abreu Sodré – muito meu amigo, ou melhor, um verdadeiro irmão – me chamou e fez o convite para que eu ocupasse uma vaga no Conselho Estadual de Educação, em substituição ao professor Paulo Ernesto Tolle, nomeado secretário. A essa altura, minha experiência era a de apenas ter, como assessor técnico, trabalhado, entre outras, para a Comissão de Educação da Assembleia. Então respondi: “Sodré, não sei se estou preparado para a empreitada”. Ele retrucou: “Não, está preparado sim, se não estiver, estude, porque quero você no Conselho”.

Desse modo, fui para o Conselho com grande vontade e, mesmo, com forte entusiasmo juvenil. Os primeiros três meses foram terríveis, sem que os outros percebessem, dado que comecei a ler a Lei de Diretrizes e Bases, os comentários

* Extratos de depoimentos colhidos em São Paulo, em 14/3/2001, por Anna Maria Martinez Corrêa, Márcia Tosta Dias e Dora Lúcia Soares dos Santos – Cedem.

do Conselho Federal de Educação, os debates da lei ocorridos no Congresso Nacional, enfim procurei me inteirar de tudo: “Não vou abrir a boca no Conselho antes de saber o que digo”. Como se vê, estudei realmente muito.

O Conselho era presidido por Carlos Pasquale. Logo de início, ele me colocou em duas comissões: a de Ensino Superior e a de Legislação e Normas, por causa de minha formação jurídica. Também fui designado membro da comissão encarregada de formular parecer sobre a reforma dos estatutos da Universidade de São Paulo (USP).

Meu contato com a equipe do Conselho Federal foi bem produtivo. Colaborei com ela e houve um presidente, Lafayette Azevedo Pondé, que muito me honrou com sua confiança. Quando José Bonifácio Coutinho Nogueira foi designado secretário de Educação, do governador Paulo Egydio, escolheu para chefe de gabinete Soares Amora, grande e querido amigo meu, que dois anos depois foi dirigir a TV Cultura. Bonifácio então me convidou para assumir o cargo.

Uma interpretação dos Institutos Isolados

No Conselho, fui contra a manutenção dos Institutos como escolas isoladas; achava até que o próprio adjetivo tinha uma conotação depreciativa,

afinal *isolado* é aquele que é abandonado e vive sozinho. Em seguida, levei o problema ao secretário assim que assumi a Chefia de Gabinete; julgava que a Coordenadoria de Ensino Superior (Cesesp) era uma excrescência na Secretaria de Educação, que cuidava, àquela altura, do ensino primário, bem como do primeiro e segundo grau. A Secretaria abrangia, organicamente, as coordenadorias de Ensino da Grande São Paulo, a de Ensino do Interior, a de Ensino e Normas Pedagógicas e a de Ensino Superior. Como se pode ver, as demais coordenadorias compunham a atividade-fim da Secretaria, cuja obrigação era a de cuidar, na época, do primeiro e segundo grau. O ensino superior não era de sua alçada, visto que estava nas universidades estaduais.

Em primeiro lugar, tais Institutos deveriam ser integrados em federação ou universidades, assim teriam uma ligação direta com o governador, e não com o secretário de Educação. Muitos não sabem que as universidades estaduais – UNESP, Unicamp e USP subordinam-se ao Conselho Estadual de Educação (CEE), nos aspectos de legalidade, tanto que este é o responsável pela aprovação do estatuto e do Regimento Geral delas, o que não interfere em sua autonomia; entretanto, se houver um professor de uma universidade pública que não concorde com uma decisão do Conselho Universitário e houver, no

caso, arguição de estrita ilegalidade, o órgão de recurso é o CEE.

A criação da UNESP

Os trabalhos para a criação da UNESP começaram em minha sala. Lembro-me bem que, de modo concreto, a idéia começou a tomar corpo pela primeira vez quando Luiz Martins veio a mim com um álbum de fotografias e com a idéia de propor que a Cesesp (da qual era coordenador) passasse a ser a Federação dos Institutos Isolados do Estado de São Paulo, pois a antiga Lei de Diretrizes e Bases dizia que o ideal era o ensino superior ser responsabilidade das universidades. Na fase preparatória, os cursos superiores deveriam ser reunidos em federações como uma etapa para se chegar à universidade. Esse assunto já havia sido objeto de muitas reflexões minhas e argumentei com Luiz que seria melhor desconhecer essa etapa porque, na realidade, a Cesesp – corpo estranho na Secretaria – já era uma Federação dos Isolados, ou seja, uma coordenadoria com as características que a Lei de Diretrizes e Bases conferia a uma federação. Mas para que necessitávamos de uma federação? Para diminuir os gastos, as despesas? Por que não pular etapa e irmos para a universidade?”. Desse encontro também participaram a prof^a Maria de Lourdes Mariotto Haidar, o prof. Roberto Bazilli,

José Bonifácio Coutinho Nogueira e eu próprio, antes que a idéia fosse encaminhada ao governador Paulo Egydio. A partir daí, começou o período de gestão da universidade. O Conselho teve uma participação muito grande, por intermédio de sua Câmara de Ensino Superior, que naquele tempo se chamava de Ensino de Terceiro Grau. Surgiu, assim, o grande trabalho do Conselho: tentar esquematizar o tipo de universidade a ser criado para aglutinar os Institutos Isolados, bem como a espécie de estatuto a ser um grande guarda-chuva, uma vez que se tratava de uma experiência inédita. Mas enfrentávamos vários problemas, como a questão da carreira docente, a respeito do grau de autonomia das unidades universitárias. Como verificar a independência administrativa de cada uma dessas unidades, as quais perderiam parte dela integrando-se a uma universidade? Onde seria a sede da universidade? Uma das primeiras opções, logo descartada, foi Ilha Solteira, por causa da distância. Mas todas as idéias preliminares foram amadurecidas, sem aqodamento, afinal havia muitos problemas a serem resolvidos. Um dos mais sérios foi exatamente o do corpo docente.

Essa medida deparou com considerável dificuldade inicial: que universidade vamos criar? Não é uma universidade, vamos dizer, partindo da solução mais simplista, era uma universidade com

treze *campi*. Lembro até que, no discurso de transmissão do cargo de reitor a Luiz Martins, aludi às treze lanças de guerra da bandeira paulista, que se tornariam, na verdade, lanças de harmonia, paz, saber etc. Chegamos à conclusão de que deveríamos, em primeiro lugar, dar o pontapé inicial com coragem para enfrentar o desafio. Seria, a princípio, uma universidade em que se respeitaria a tipicidade de cada um dos Institutos (seus cursos e vocação), pois um tinha inclinação para as Ciências Médicas, outro para as Agro-nômicas, outros, ainda, para o Direito. Respeitando-se tal realidade, levar a que fosse possível reunir todas as vocações na universidade. Seus diretores teriam assento no primeiro Conselho Universitário, realizar-se-ia uma assembléia dos alunos para a escolha de um representante discente, legitimando-se o CO e dando tempo para a correção dos rumos. Não pretender, logo de início, a perfeição com um modelo pronto e acabado de universidade, até porque continuo defendendo que, em Educação, não há modelo estático. A USP, por exemplo, até hoje se debate com uma questão séria, apesar de ter melhorado muito – seu gigantismo. Então nada é estático, a Educação deve ser dinâmica e a UNESP precisava de uma tática de aproximações sucessivas. Assim foi a vida da UNESP no começo: perceber como estava funcionando, onde e o que

deveria mudar, onde seria necessário harmonizar alguma coisa. E pelo que vejo hoje, levando-se em conta os resultados práticos, foi uma vitória extraordinária, a qual resumiria dizendo que a UNESP é, atualmente, uma conquista do pensamento universitário, ou seja, da capacidade do professor brasileiro de nível superior de imaginar soluções e de estar sempre em movimento; a UNESP marcha rumo ao futuro, ao passo que a universidade que pára, retrocede.

Embora também tenha feito uma aglutinação, o procedimento empregado pela Universidade de São Paulo foi diferente. A USP reuniu escolas da cidade de São Paulo. A sua única briga – e fui parte dela, contra a USP – foi com a Faculdade de Direito, que se não conseguiu tirar do Largo São Francisco. A Medicina não podia ser retirada de seu local porque já estava com o Hospital das Clínicas.

Sempre fui contra a adjetivação “isolados”, não gostava de que falassem assim. O termo tem fundamento legal. Briguei muito em reuniões com os conselheiros federais em Brasília para tentar mudar tal denominação em favor de Institutos de *Ensino Superior*. Se pusesse desse modo, significaria que ele não pertence às universidades, senão seria Instituto da Universidade. Por que “isolados”? Isso parece algo de segunda classe: “você é isolado, não quero con-

versa”. De qualquer maneira, no começo imaginava também que não fazia sentido pertencer à Secretaria de Educação. Naquele momento, até achava que podia redistribuir aquelas escolas por zonas do estado de tal forma que, por exemplo, três ou quatro ficassem com a USP; três, quatro ou cinco, com a Unicamp; colocá-las em uma universidade era o começo de uma idéia, mas não estava amadurecida. Quando surgiu, Luiz falou de Federação das Escolas; eu disse: “está aqui a solução, vamos fazer dos Institutos Isolados uma universidade”. Lembro que tive opositores que afirmavam exatamente isso: “será impossível administrar esses Institutos localizados em cidades tão distantes umas das outras”. Para vender a fórmula da universidade, era preciso vender uma fórmula meio espiritual de unidades e, ao mesmo tempo, ter diversidade dentro de uma unidade, que é a UNESP. Não importa que seja a Faculdade de Medicina de Botucatu, sou UNESP.

Defendia uma descentralização dentro da unidade, quase uma Federação, de que trata o Direito constitucional. Como seria? Unidades separadas, delegadas, mas unidas na Federação para efeitos externos e para efeito de conceito de país e de Estado. É uma descentralização que respeita a unidade.

Uma universidade de fato deve adquirir, no decorrer do tempo, uma fisionomia própria. Se houver, por exemplo,

uma Universidade de Florença e caso ela tiver como fundamento básico o estudo das Artes, da História, do passado e da evolução do pensamento humano, ela tiver então uma fisionomia. Se houver uma universidade tecnológica de alta produtividade, essa é sua marca, quem quiser procurar tal área sabe onde encontrar. Um complicador a mais, hoje, reside em que a universidade não pode deixar de privilegiar, como aspectos fundamentais, o ensino de graduação, a pesquisa e a pós-graduação.

Atuação como reitor interino

O processo de criação da UNESP ocorreu de modo gradual: nasceu, em primeiro lugar, da constatação de que a Cesesp deveria acabar. Em conversa com o secretário José Bonifácio que, a princípio, encampou a idéia julgando sem sentido a Cesesp na Secretaria. Surgiu, em seguida, a idéia da Federação, que depois passou a ser universidade: encontrou-se o caminho. A lei que criou a UNESP extinguiu tal coordenadoria com toda sua estrutura. No momento da criação da UNESP, na qualidade de presidente do Conselho Estadual de Educação, fui chamado pelo senhor governador, na condição de reitor interino, para assumir a direção dos trabalhos de implantação da nova universidade. Como reitor interino, tive de tomar uma série de providências.

A primeira reunião do Conselho Universitário foi na sede do CEE, na avenida Rio Branco. Antes da publicação do edital no *Diário Oficial*, convoquei os alunos para elegerem, em cada uma das unidades isoladas, seu representante o qual, por sua vez, elegeria outro para fazer parte do CO. Não me recordo se eram um ou dois, mas esses representantes estiveram na primeira reunião do Conselho Universitário, oficialmente, para elaborar a lista sêxtupla a fim de que fosse feita a indicação do reitor e do vice-reitor.

Foram duas listas, uma para reitor e outra para vice-reitor. Para o primeiro cargo, ganhou Luiz Martins, para o segundo não me lembro. Dessa reunião saiu o ofício enviado ao governador com a lista sêxtupla, para que ele escolhesse o reitor: foi eleito Luiz Martins – professor da USP, membro do CEE e coordenador da Cesesp.

A lei dizia responder pelo expediente da UNESP, como reitor interino, o presidente do CEE, até que houvesse a reunião do Conselho Universitário (existente apenas no papel) para formalmente eleger a lista sêxtupla. Os atos administrativos de responsabilidade da Cesesp foram por mim assinados, respondendo-se pelo expediente.

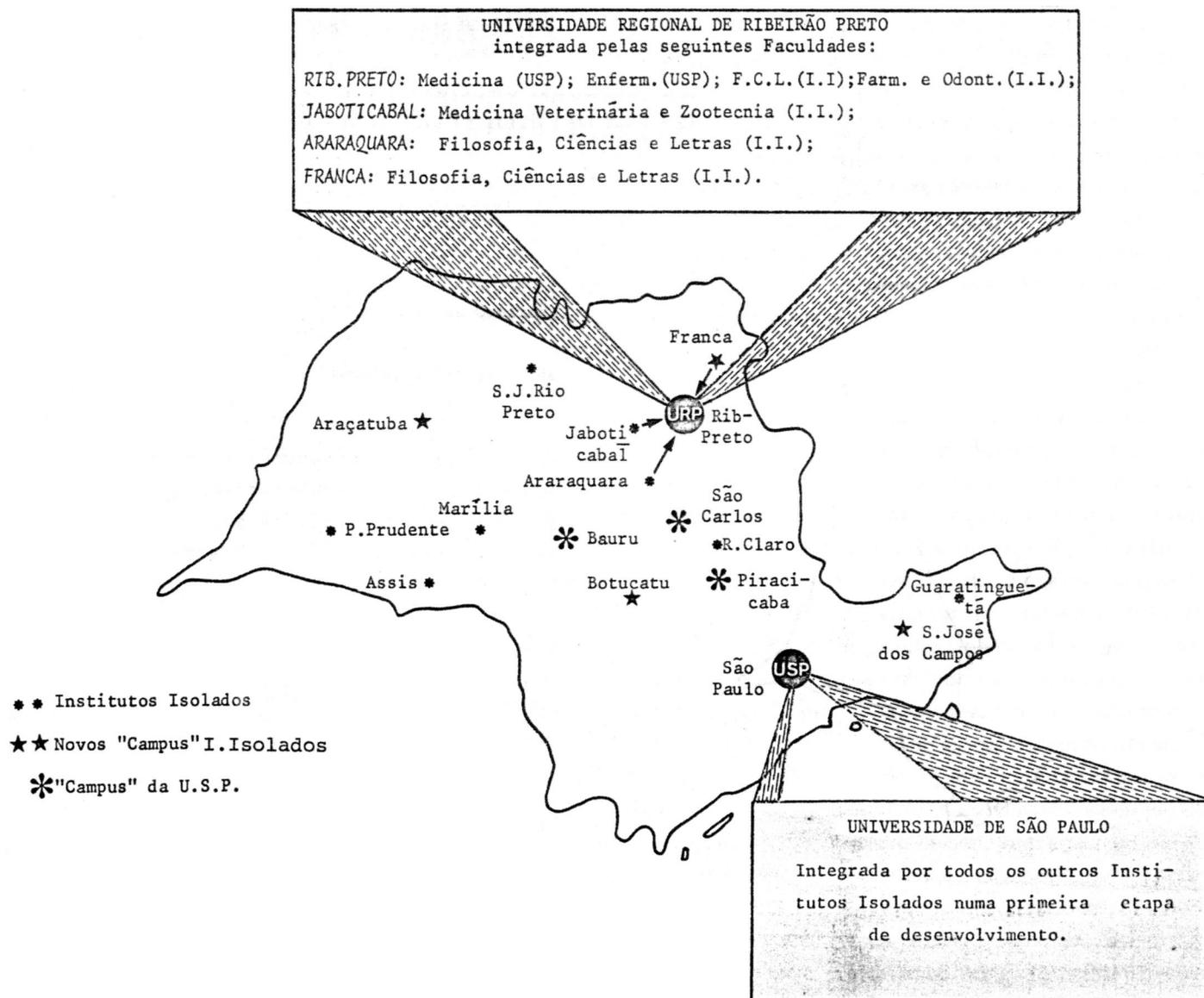
Tivemos várias reuniões com o secretário e das quais participamos eu, Luiz Martins, José Bonifácio Coutinho, Hilário Torloni (vice-presidente do Conse-

lho), a profª Maria de Lourdes Mariotto Haidar e o prof. Roberto Bazilli.

A diretriz assumida era, por meio do estatuto, tornar compatíveis os interesses e finalidades entre os Institutos Isolados. Isto é, dar a cada qual um tratamento que os tornasse iguais na desigualdade, preservando-se o sentido harmônico da universidade. O norte da primeira proposta estatutária era respeitar a peculiaridade de cada um, reunindo-os, embora no conjunto de uma universidade e sabendo, cada um, que perderia a relativa independência de programas e atividades, pois passariam a estar subordinados a uma universidade, onde deveria haver pró-reitores, secretário-geral e toda uma nova estrutura administrativa. Essa era a nossa preocupação. Quando passei para Luiz Martins, fiquei na retaguarda, no Conselho, esperando o estatuto definitivo que deveríamos aprovar. De qualquer maneira, a nossa intenção era a de nunca tentar fazer, já de início, uma peça definitiva, era, sim, fazê-lo o mais depressa possível para implantar a UNESP. Eu nutria muito receio: quando algo está apenas na lei não tem vida, então é necessário dar um primeiro passo para lhe dar vida. Enfim, tinha pressa de receber o estatuto, ainda que imperfeito: “depois se corrige, não há problema mais para afirmar a presença viva da UNESP como uma nova universidade”.

Tempos depois, na época do reitor Armando Octávio Ramos, eu terminava meu mandato na presidência do Conselho e não podia mais ser reeleito. Fui então convidado a assumir a Secretaria Geral da UNESP, onde tive uma experiência muito rica, mas para mim não foi difícil: havia acompanhado o nascimento da UNESP, que sempre esteve no meu coração e no meu espírito.

A realidade da UNESP, hoje, talvez tenha ultrapassado nossos sonhos.



Estudos que antecederam a criação da Unesp.
 Incorporação dos Institutos a Universidades
 (opção 2).

Fonte: Institutos Isolados de Ensino Superior do
 Estado de São Paulo, diagnóstico e sugestões,
 Cesesp, 1975.